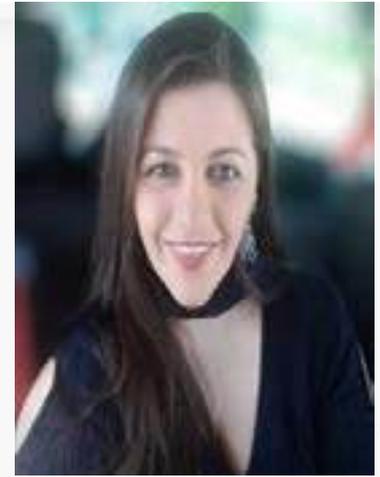


A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL



RENATA SANTINI

Graduação em Pedagogia Licenciatura Plena pela Faculdade Sumaré (2017); Graduação em História pela Faculdade Uni Jales (2021); Pós-graduada em Cultura e Arte Afro-Brasileira Na Educação pela Faculdade Casa Branca (2019); Professora de Educação Infantil no CEU CEI São Mateus da Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo conhecer os métodos utilizados por educadores no processo de alfabetização e na inclusão de crianças com necessidades especiais, e em especial o autista. Quando a criança possui um ritmo próprio de aprender e que existem metodologias indicadas para alfabetizar e incluir socialmente uma criança especial variando conforme o aluno, conclui-se que as metodologias utilizadas podem ser proveitosas para as crianças especiais e que incluir estas crianças no universo social é viabilizar sua total independência diante das tarefas mais simples ou também das mais complicadas do cotidiano da sala de aula ou do convívio social.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Ensino Fundamental; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema a inclusão do aluno com transtorno autista (TEA) inserido na educação básica mais especificamente no ensino fundamental I.

A escolha do referido tema tem como objetivo descrever o movimento de inclusão educacional de alunos com necessidades especiais nas escolas, como objetivo específico realizar a descrição sobre como se dá o ativismo de inclusão do aluno com TEA dentro da sala de aula.

Assegurado pela Constituição Federal o acesso à educação, que independe de cor, gênero, etnia e condições de aprendizado é um direito fundamental, como bem impõe a Política Nacional de Educação, que reitera o reconhecimento à educação, a importância deste na construção de cidadãos e ainda nos faz refletir o quão importante é o tema de inclusão de indivíduos com neces-

sidades especiais, especificamente os portadores do espectro autista.

É nítido o quão o procedimento de inclusão desses alunos na educação básica é um trabalho árduo e difícil, porém, se faz necessário, devido ser de suma importância, a busca por avanços na idealização de práticas que contemplem as especificidades desse grupo é algo contínuo e antigo. Pois a necessidade de uma nova concepção de ensinar é necessário diante da dificuldade social que se tem em aprender a viver com a diversidade.

A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular é uma pequena parte de um processo desafiador que não se resume meramente a inserção, mas a todo um processo educacional que visa o desenvolvimento desse aluno em todos os aspectos.

A nítida necessidade da construção de uma prática pedagógica que seja atuante e que contemple as necessidades desse público em específico e que de fato faça com que a educação seja o principal meio de desenvolvimento social para portadores desse espectro.

VISÃO DE ALGUNS AUTORES SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO COM AUTISTAS

O indivíduo autista que tem um déficit amplo e persistente e sua convivência social tende a ser mais dificultosa, pois salvo algumas exceções estes não compreendem as convenções sociais, isolam se, tem comportamento que podem não facilitar a comunicação, o que pode ser a maior dificuldade para se estabelecer uma proposta educativa efetiva e correta para este grupo.

De acordo com Schwartzman e Assumpção (1999):

[...] embora compartilhem muitas características específicas, alunos autistas são muito diferentes entre si, de outros grupos de deficientes, e dos não deficientes, dificultando ainda mais a busca por recursos e metodologias educativas a serem aplicadas na mediação de seu desenvolvimento. Entre aqueles que chegam a falar, pode existir uma acentuada perda na capacidade de iniciar ou manter conversação e de seguir instruções. (Schwartzman e Assumpção, 1999, p. 48-49).

Uma análise superficial, porém, sucinta das características desse espectro, deu início a determinados posicionamentos, alguns autores tem uma linha de pensamento sobre o acesso à educação desse determinado grupo, onde se propõe um determinado pré-requisito para a inserção destes em um contexto educacional, este é Tustin (1999) afirma:

“Que disponham de um mínimo de capacidades intelectuais, sensoriais ou motoras e, caso padeçam de algum transtorno neurológico, que este se encontre controlado por medicamentos”. (TUSTIN, 1999, p.20).

Outros autores que divergem totalmente desse posicionamento, afirma que a inserção desses alunos é um direito assegurado, garante Cunha (2016):

“Pode ser plenamente possível na rede regular de ensino, desde que a escola e os professores estejam preparados tecnicamente para receber esses alunos”. (Cunha, 2016, p. 20).

A corrente majoritária sendo a última, é sabido que o cenário estudantil atual brasileiro em tese é para todos, mesmo que na prática não aconteça assim, a maioria das escolas não se encontram preparadas para a recepção desses alunos, a necessidade de uma reestruturação nas redes ensino para que assim sejam alcançadas as necessidades desse grupo de alunos.

Algo novo e eficaz para incluir os autistas nas redes de ensino sempre foi algo necessário, que vem acompanhado da urgência da implantação de planos de ensino que alcance as necessidades desses alunos e com isso a capacitação adequada de profissionais, é preciso que se explore o novo e a variedade de enfrentamentos.

Caminhos alternativos que possam proporcionar as condições de desenvolvimento para alcançar a inclusão, é um ato visionário, a inclusão capta todos os alunos não apenas os autistas, pois a distinção de alunos por necessidade de aprendizado já torna difícil e enfadonho parte do processo.

A presença desses alunos nas escolas já um grande passo para o progresso educacional, não deve se limitar a isso, pois para garantir um aprendizado adequado deve ser bem além a conjuntura de um todo, emergindo totalmente na variedade de métodos inclusivos.

O processo de inclusão na rede de ensino para a formação de autistas, seja na sua autonomia seja no seu desenvolvimento, os adaptando para um futuro próximo é um passo significativo conforme Cruz (2014):

“As pessoas que possuem alguma característica que afete o desenvolvimento, são capazes de aprender, mas para isso é importante que o grupo social ao seu redor crie condições para que isso de fato aconteça. Quando se tem condições de aprendizado no ambiente escolar, o autista tem um grande potencial de desenvolvimento, além disso tem a oportunidade de viver interações sociais significativas, desenvolver habilidades e criatividade, expandindo sua formação pessoal.” (CRUZ, 2014, p. 14).

Destarte, é nítido que o ápice do problema está na falta de adaptação das redes de ensino para estes alunos que necessitam de um acompanhamento diferenciado, pois as escolas que devem se adaptar a estes e não estes as escolas, para garantir o acesso à educação a todos.

Destaca-se ainda que as políticas de enfrentamentos devem ser criadas com o acompanhamento de planos de ensino adaptados, bem como um maior incentivo para a capacitação dos profissionais que atuam na área, para assim os efeitos que são necessários sejam eficazes para a formação desses alunos não só no âmbito acadêmico, mas também social desses alunos.

O AUTISMO

O autismo é um transtorno invasivo que afeta no desenvolvimento das crianças, foi descoberto pelo médico Austríaco Leo Kanner em 1943. Seu significado é de origem grega que significa “próprio” ou “de si mesmo”. O autismo aparece na idade bem precoce, ou seja, quando bebê, em que a criança geralmente não olha nos olhos da mãe enquanto estão mamando e não esboçam reação nenhuma para serem pegos no colo. Essa criança tem dificuldades de interagir socialmente e seu comportamento é limitado e repetitivo. Essas crianças geralmente brincam sozinhas não costumam interagir com outras, é imatura na fala, não sabe lidar com os brinquedos. Outros sintomas do autismo é que as crianças não demonstram medo dos perigos, como por exemplo, quando se aprende a andar tem a facilidade de se perder em lugares públicos, costumam fazer bastantes movimentos estranhos com seu próprio corpo, como girar em volta de si mesma, também existe bastante desconforto perante sons fazendo com que coloque o dedo no ouvido. Na maioria das ve-

zes o autismo ocorre em meninos, para cada quatro meninos uma menina tem autismo. O autismo é causado por influência genética, porém, também por doenças como rubéola na gravidez e muitos outros aspectos. Segundo Inácio Arruda, Senador (PCdoB-CE) existem várias definições sobre a educação inclusiva uma delas é chamada de uma nova “moda” pedagógica, uma maneira de diminuir os mecanismos de inclusão na educação, um novo método pedagógico.

Enfim, com todas essas definições podemos dizer que a educação inclusiva é aceitar conviver, compartilhar tudo com todos sem exceção, assim para a criança é necessário que a integração seja feita desde pequena, porque se não passarem por isso na infância terão muitas dificuldades de vencer os preconceitos. Para que uma escola se torne inclusiva não é necessário apenas às adaptações e sim um bom projeto pedagógico envolvendo a todos.

A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA VIDA DO AUTISTA

Os professores devem estar bem preparados para receber a inclusão de um autista em sua sala de aula, ele é considerado o mediador para que a criança se envolva, e é ele que faz o primeiro contato da criança autista com os outros alunos. É necessário elaborar exercícios teóricos e práticos de forma que a criança autista compartilhe da aula tornando assim a sala inclusiva, com atividades que estimulem no desenvolvimento. A ação de afeto e a motivação são essenciais para estimular nas atividades inclusivas. O professor precisa adaptar o seu sistema de comunicação para cada aluno.

O aluno autista primeiro é avaliado pela supervisão técnica levando em conta sua idade para colocá-lo num grupo adequado, é de grande necessidade que o professor tenha um auxiliar em sala de aula, com atenção especial para com eles. (Gauderer, 1993, p. 82).

O professor precisa ser muito paciente, falar tranquilamente, ter muito amor e demonstrar segurança e controle da situação. É importante também que tenham conhecimento de psicologia do desenvolvimento e aprendizagens, para que consigam lidar nos graves distúrbios de comportamento.

Segundo Gauderer (1993) o TEACH (tratamento e educação para autista e crianças com deficiência relacionadas à comunicação), desenvolvido por Eric Schorpler é um método que visa atender o autista da melhor.

A legislação brasileira prevê uma série de deveres e garantias para a instituição familiar que tem importante papel no processo de educação das crianças e adolescentes, e principalmente os que possuem alguma necessidade especial. A lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da criança e do adolescente-ECA) aborda o conceito de família.

É tratando de crianças e adolescentes com autismo essas regras constitucionais juntam-se as regras do art.23 incisos II, 24 incisos XIV, 203, inciso IV227, inciso II 1 e 2 que aumentam a responsabilidade estadual e principalmente familiar, sobre as crianças e adolescentes com autismo.

Segundo Benezon (1987) quando uma família descobre que tem um filho ou filha com necessidades especiais, no início não é nada fácil e chegam até a se assustarem com a situação e

nesse momento precisam de apoio imediato porque os pais acabam se sentindo culpados e desanimados.

A relação familiar é de grande ajuda para todas as pessoas com autismo, pois os mesmos têm dificuldades de envolvimento no meio social, cujo comportamento às vezes se torna agressivo, e os pais por conviverem por mais tempo com o autista acabam adquirindo mais experiência em lidar com a criança autista, fazendo com que ela se comunique voluntariamente. A família e a escolarização são muito importantes na vida do autista. (Benezon, 1987).

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA VIDA DO AUTISTA

O processo de estudo em relação à alfabetização e o letramento do autista requer muitas pesquisas, pois há pouco tempo esses alunos estão em sala de aula regular, Cagliari afirma:

“Muitas das abordagens escolares derivam de concepções de ensino e aprendizagem da palavra escrita que reduzem o processo da alfabetização e de leitura a simples de codificação dos símbolos linguísticos. A escola transmite uma concepção de que a escrita é a transcrição da oralidade”. (CAGLIARI, 1989, p.26).

Faz-se necessário que o aluno autista tenha noções básicas de escrita e oralidade de forma que ele consiga desenvolver as atividades discursivas e as práticas sociais, com isso ele consegue desenvolver seu processo perante a sociedade. Sendo que todas as situações citadas acima, tendo em vista uma alfabetização tradicional que se desenvolve separadamente da alfabetização e do letramento se torna insuficiente para o desenvolvimento total do sujeito.

Segundo Soares: “Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e da ciência linguísticas há pouco mais de duas décadas; seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagens da língua escrita perseguidor tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. Esses comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquiridos visibilidade e importância à medida que a vida social e as atividades profissionais foram-se tornando cada vez mais centradas na e dependentes da língua escrita, revelando a insuficiência de apenas alfabetizar – no sentido tradicional – a criança ou o adulto. Em um primeiro momento, essa visibilidade se traduziu ou numa adjetivação da palavra alfabetização – alfabetização funcional tornou-se expressão bastante difundida – ou em tentativas de ampliação do significado de alfabetização, alfabetizar, por meio de afirmações como “alfabetização não é apenas aprender a ler e a escrever”, “alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar”, e outras semelhantes.

A insuficiência desses recursos para criar objetivos e procedimentos de ensino e aprendizagem que efetivamente ampliassem o significado de alfabetização, alfabetizar, alfabetizado é que pode justificar o surgimento da palavra letramento, consequência da necessidade de destacar e claramente configura nomeando-os, comportamentos e práticas do uso de escrita, em situações sociais em que a leitura e /ou a escrita estejam envolvidas”. (SOARES, 1998, p.25).

Tendo em vista a diferença entre ambos os processos é importante que a alfabetização e o letramento caminhem juntos, mesmo que distintos são processos importantes de forma que o aluno

consiga assimilar a língua escrita e possa usá-la socialmente de forma autônoma e crítica.

De acordo com Soares:

É necessário também reconhecer que embora distintos, alfabetização e de letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja: em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita”. (SOARES, 2004, p.26).

Segundo Colello se faz necessário à junção entre os dois processos. Conclui-se que:

Fica claro que o processo de alfabetização e letramento é amplo, ou seja, não se resume apenas em ler ou escrever. Esclarecendo Freire (1993) “alfabetizado é aquele que sabe interpretar o que está em sua volta por meio da leitura de mundo, que o sujeito faz sobre sua própria realidade”, é importante lembrar que a aprendizagem ocorre de forma diferente no sujeito, cada um no seu tempo.

VYGOTSKY (1998) afirma que:

“A linguagem tem como objetivo principal a comunicação sendo socialmente construída e transmitida culturalmente. Portanto, o sentido da palavra instaura-se no contexto, aparece no diálogo e altera-se historicamente produzindo formas linguísticas e atos sociais. A transmissão racional e intencional de experiências e pensamentos a outros requer um sistema mediador, cujo protótipo é a fala humana, oriunda da necessidade de intercâmbio durante o trabalho”. (VYGOTSKY, 1998, p. 7).

De acordo com Rojo (2009) o processo de alfabetização e letramento é tratado como:

“Na verdade, um conceito que disputa espaço com o conceito de letramento(s). Se tomarmos a alfabetização como a ação de alfabetizar, de ensinar a ler e escrever, que leva o aprendiz a conhecer o alfabeto, a mecânica da escrita/leitura a se tornar alfabetizado, alfabetismo pode ser definido como estado ou condição de quem sabe ler e escrever”. (SOARES, 2004, apud ROJO, 2009, p. 44).

[...] o conceito é bastante complexo e sócio historicamente determinado. Complexo, em primeiro lugar, porque esse estado ou condição envolve tanto as capacidades de leitura como as da escrita. Em segundo lugar, essas capacidades são múltiplas e muitas variadas. Para ler, por exemplo, não basta conhecer o alfabeto e decodificar letras em sons da fala. É preciso também compreender o que se lê, isto é, acionar o conhecimento de mundo para relacioná-lo com os temas do texto, inclusive o conhecimento de outros textos/discursos (intertextualizar), prever, hipotetizar, inferir, comparar informações, generalizar [...] Para escrever, não basta codificar e observar as normas da escrita do português padrão do Brasil; é também preciso textualizar estabelecer relações e progressão de temas e ideias, providenciar coerência e coesão, articular o texto a partir de um ponto de vista levando em conta a situação e o leitor. (ROJO, 2009, p. 44-45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a educação do aluno autista ainda seja encarada como um desafio, as políticas de Educação Especial Inclusiva, conjuntamente com as leis e orientadores da inclusão de todos os alunos na escola e na sociedade, aciona as escolas para se adequarem a essa realidade e atendê-los satisfatoriamente.

Desta forma, foi abordada ao longo da narrativa a importância em oferecer situações positivas que possam potencializar a conquista de habilidades cognitivas e sociais no ambiente da

escolar.

Há ativa e efetiva inclusão quando o trabalho colaborativo é persistente, isto é, o educador utilizando-se de recursos diferenciados para trabalhar com o aluno conjuntamente com toda a rede de ensino incluindo os colegas de turma para que assim tenha trocas de experiências entre ambos. Esse método de ensino e aprendizado diferenciado embasa um ponto positivo e estratégico para inclusão efetiva.

Por fim, vale ratificar que o desenvolvimento de um trabalho que insira o aluno com autismo em sala de aula, desenvolvendo com que esse aluno uma plena integração, onde este possa ter uma ativa participação e aprendizagem juntamente com os demais alunos tendo assim, uma inclusão ativa e efetiva. Este trabalho coletivo e com mudanças significativas no ensino auxiliam positivamente a inclusão do aluno.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marília da Silva. **Inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular percepção de professores**, dezembro 2015.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo infantil: novas tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

BERGAMO, Maria Cecília Braga, **A interação professor-aluno em classe inclusiva: um estudo exploratório com criança autista**. Marília 2002

CAMARGO, S. P. H. e Bosa, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade; 21 (1): 65-74, 2009. Disponível em: >. Acesso 12 ago. 2024

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e letramento: Repensando o Ensino da Língua Escrita**. 2006. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm> > Acesso 12 ago. 2024.

CONSCIENTIZAÇÃO: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola um jeito diferente de aprender um jeito diferente de ensinar.** Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.

CRUZ, T. **Autismo e Inclusão: Experiências no Ensino Regular.** Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

GAUDERER, Ernest Christian. **Autismo- década de 80.** São Paulo: Savier, 1993.

RODRIGUES, F.L.V. **Métodos, técnicas e recursos na educação de alunos com síndromes do espectro do autismo.** In: KELMAN, Celeste Azulay. Métodos, técnicas e Recursos na educação de pessoas que apresentam. Necessidades educacionais especiais. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e de letramento: caminhos e descaminhos.** Pátio, 29, 2004

_____. **Letramento: Um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998

XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013 – UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro. **AUTISMO: A UTILIZAÇÃO DO BRINCAR COMO FORMA DE INTERAÇÃO SOCIAL** Arlam Dielcio Pontes da Silva, Gerciane Ramos Dias, Marcelo Machado Martins e Mylena Carla Almeida Tenório.

VYGOTSKI, Liev Semiónovittch. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.